Avanços Recentes na Governança Florestal e na Responsabilização Climática Global

Avances recientes en la gobernanza forestal y la responsabilidad climática global

Recent Advances in Forest Governance and Global Climate Accountability

Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo. Durante o Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, houve amplo reconhecimento da importância das florestas para enfrentar as crises climática, ambiental e social. No entanto, persistem desafios relacionados ao financiamento, à implementação dos compromissos internacionais e às tensões geopolíticas, enquanto o relatório final alertou que os avanços atuais ainda são insuficientes para alcançar as metas globais até 2030. Em julho de 2025, a Corte Internacional de Justiça afirmou que os países têm obrigações legais de agir contra as mudanças climáticas, com medidas alinhadas à meta de 1,5°C do Acordo de Paris. Em maio de 2026, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução apoiando o parecer, reforçando sua relevância política e jurídica para futuras negociações climáticas e ações de responsabilização internacional.

Palavras-chave: Florestas; financiamento climático; Corte Internacional de Justiça; governança ambiental; Agenda 2030.

Resumen. *Durante el Foro de las Naciones Unidas sobre los Bosques, se reconoció ampliamente la importancia de los bosques para hacer frente a las crisis climática, medioambiental y social. Sin embargo, persisten los retos relacionados con la financiación, la aplicación de los compromisos internacionales y las tensiones geopolíticas, mientras que el informe final alertó de que los avances actuales siguen siendo insuficientes para alcanzar los objetivos globales de aquí a 2030. En julio de 2025, la Corte Internacional de Justicia afirmó que los países tienen la obligación legal de actuar contra el cambio climático, con medidas alineadas con el objetivo de 1,5 °C del Acuerdo de París. En mayo de 2026, la Asamblea General de la ONU aprobó una resolución en apoyo del dictamen, reforzando su relevancia política y jurídica para futuras negociaciones climáticas y acciones de responsabilidad internacional.*

Palabras clave: *Bosques; financiación climática; Corte Internacional de Justicia; gobernanza ambiental; Agenda 2030.*

Abstract*. During the United Nations Forum on Forests, there was broad recognition of the strategic importance of forests in addressing climate, environmental, and social crises. However, challenges related to financing, implementation of international commitments, and geopolitical tensions persist, while the final report warned that current progress remains insufficient to achieve the 2030 global goals. In July 2025, the International Court of Justice stated that countries have legal obligations to address climate change through measures aligned with the 1.5°C target of the Paris Agreement. In May 2026, the UN General Assembly adopted a resolution supporting the opinion, strengthening its political and legal relevance for future climate negotiations and international accountability efforts.*

Keywords: *Forests; climate finance; International Court of Justice; environmental governance; 2030 Agenda*

1. Fórum das Nações Unidas sobre Florestas

A 21ª sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF21) ocorreu entre os dias 11 e 15 de maio de 2026, na sede das Nações Unidas, em Nova York, reunindo cerca de 400 participantes entre representantes de governos, organismos do sistema ONU, organizações intergovernamentais, instituições científicas, sociedade civil e grupos de interesse ligados à gestão florestal sustentável. O encontro aconteceu em um contexto de crescente preocupação internacional com o avanço do desmatamento, a degradação florestal, os incêndios extremos, as pressões econômicas sobre os recursos naturais e as dificuldades de financiamento das agendas ambientais multilaterais.

O principal objetivo da reunião foi avaliar o progresso na implementação do Plano Estratégico das Nações Unidas para Florestas 2017–2030 (UNSPF) e dos Objetivos Globais para Florestas[i], além de discutir medidas para acelerar as ações internacionais até 2030. Durante a abertura, representantes da ONU enfatizaram que as florestas são essenciais para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para o combate às mudanças climáticas, para a proteção da biodiversidade e para a segurança hídrica e alimentar global. O presidente do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), Lok Bahadur Thapa, afirmou que o mundo já conhece as soluções necessárias — manejo florestal sustentável, restauração e investimento — mas que o grande desafio permanece sendo a implementação efetiva dessas medidas.

Um dos momentos centrais do evento foi a apresentação do Relatório dos Objetivos Globais para Florestas 2026, que trouxe um panorama misto sobre os avanços alcançados. O documento apontou que houve aumento nos investimentos em restauração florestal e manejo sustentável, além de crescimento dos estoques globais de carbono nas florestas. Entretanto, os dados também mostraram que o mundo perdeu aproximadamente 40 milhões de hectares de cobertura florestal na última década, enquanto incêndios, secas e pragas florestais vêm se intensificando. O relatório destacou ainda que o financiamento global para manejo florestal sustentável alcançou cerca de 84 bilhões de dólares em 2023, mas seriam necessários aproximadamente 300 bilhões anuais para atingir as metas estabelecidas. Também foram identificados problemas persistentes relacionados à exploração ilegal de madeira, fragilidade institucional, baixa fiscalização e fragmentação das políticas públicas.

As discussões políticas concentraram-se principalmente na necessidade de acelerar os esforços internacionais para interromper e reverter o desmatamento até 2030, fortalecer os mecanismos de financiamento e ampliar a cooperação entre os países. Diversos governos apresentaram iniciativas nacionais e regionais voltadas ao manejo sustentável das florestas, prevenção de incêndios e promoção da bioeconomia. O Brasil destacou o lançamento da iniciativa da Presidência da COP30 da Convenção do Clima da ONU voltada à construção de um roteiro internacional para deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030, além de defender abordagens integradas de manejo do fogo e fortalecimento da resiliência climática.

Outro tema fortemente debatido foi a necessidade de maior integração entre as agendas ambientais globais, especialmente entre as negociações climáticas, biodiversidade e combate à

desertificação. Muitos países defenderam maior coerência entre o Fórum de Florestas e os processos da Convenção do Clima (UNFCCC), da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) e da Convenção de Combate à Desertificação (UNCCD). Houve reconhecimento crescente de que as florestas desempenham papel central não apenas na mitigação climática, mas também na adaptação, na conservação da biodiversidade, na redução de riscos de desastres e na proteção dos meios de vida de comunidades tradicionais e povos indígenas.

Os impasses

As negociações também evidenciaram importantes tensões políticas e divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Um dos principais impasses ocorreu em torno da redação da resolução final sobre desmatamento e degradação florestal. Alguns países em desenvolvimento defenderam a inclusão de referências explícitas às "circunstâncias, prioridades e capacidades nacionais", enquanto países desenvolvidos preferiam uma linguagem mais universal e menos condicionada. Também houve discordâncias sobre o uso do termo "degradação florestal", já que não existe uma definição internacional plenamente consensual para o conceito. Outro ponto delicado envolveu o financiamento internacional. Países em desenvolvimento cobraram recursos novos, previsíveis e adicionais para apoiar conservação e restauração florestal, enquanto vários países desenvolvidos insistiram que o financiamento deveria vir "de todas as fontes", incluindo recursos domésticos e investimentos privados.

Financiamento

As discussões sobre financiamento revelaram preocupação generalizada com a crise orçamentária enfrentada pelo próprio secretariado do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas. As contribuições voluntárias ao fundo fiduciário do UNFF caíram mais de 50% em 2025, ao mesmo tempo em que o sistema ONU vem passando por cortes orçamentários associados à iniciativa de reforma administrativa conhecida como "UN80". Diversos representantes alertaram que o aumento das responsabilidades atribuídas ao Fórum e ao secretariado não está sendo acompanhado pelos recursos necessários para sua implementação. Países como Brasil e Jamaica defenderam contribuições plurianuais e financiamento mais estável para garantir o funcionamento das atividades técnicas, dos relatórios e das iniciativas de cooperação internacional.

Resolução aprovada

Apesar das divergências, os países conseguiram aprovar uma resolução omnibus final, considerada equilibrada e resultado de intensas negociações diplomáticas. O texto final reafirma o compromisso com os Objetivos Globais para Florestas, incentiva os países a integrarem essas metas em suas políticas nacionais, fortalece a cooperação internacional em manejo do fogo, restauração e bioeconomia florestal, e apoia a implementação da Década das Nações Unidas para Florestamento e Reflorestamento (2027–2036). A resolução também reconhece a urgência de ampliar os mecanismos de financiamento, fortalecer a transferência de tecnologia e melhorar os sistemas de monitoramento e reporte sobre florestas.

Próximos passos e análise

Além disso, ficou decidido que o processo preparatório para a revisão final do Arranjo Internacional sobre Florestas em 2030 será aprofundado nos próximos anos. O secretariado deverá elaborar propostas para uma revisão mais transparente, inclusiva e baseada em evidências, enquanto consultas intersessionais continuarão sendo realizadas até a próxima

reunião. A UNFF22 já foi agendada para maio de 2027, também em Nova York, com foco em benefícios econômicos, sociais e ambientais das florestas, financiamento e fortalecimento da cooperação internacional.

De maneira geral, o encontro demonstrou que existe reconhecimento político global sobre a importância estratégica das florestas para o enfrentamento das crises climática, ambiental e social. Contudo, também deixou evidente que persistem dificuldades estruturais relacionadas ao financiamento, à implementação efetiva dos compromissos internacionais e às tensões geopolíticas que afetam a governança ambiental global. O próprio relatório final reconheceu que, embora o mundo esteja avançando "na direção correta", a velocidade e a escala das ações ainda são insuficientes para alcançar os objetivos estabelecidos para 2030.

O evento evidenciou diversas conexões importantes entre florestas, mudanças climáticas e saúde humana. As discussões reforçaram que a degradação florestal, o aumento dos incêndios, das secas e das pragas representam ameaças crescentes não apenas para os ecossistemas, mas também para a qualidade do ar, a segurança alimentar, os recursos hídricos e a resiliência das comunidades. O fortalecimento do manejo integrado do fogo, da restauração florestal e da adaptação climática foi apresentado como essencial para reduzir riscos ambientais com impactos diretos sobre o bem-estar humano. Além disso, o encontro destacou a necessidade de maior integração entre as agendas de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, aproximando-se de conceitos de saúde planetária e One Health ao reconhecer que a proteção das florestas é fundamental para a estabilidade climática, a conservação da biodiversidade e a proteção das populações mais vulneráveis. O documento também chama atenção para o papel das comunidades locais, povos indígenas, mulheres e jovens na construção de sistemas mais resilientes, reforçando que a sustentabilidade florestal possui implicações sociais, ambientais e sanitárias profundamente interconectadas.

Relatório dos Objetivos Globais para Florestas 2026

O Relatório dos Objetivos Globais para Florestas 2026 (Global Forest Goals Report 2026) é o principal relatório das Nações Unidas para monitorar o progresso da implementação do Plano Estratégico das Nações Unidas para Florestas 2017–2030 e dos seis Objetivos Globais para Florestas (Global Forest Goals — GFGs). O documento foi lançado oficialmente em maio de 2026 durante a 21ª sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF21), em Nova York. O relatório foi elaborado pelo Secretariado do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFFS), ligado ao Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UN DESA).

O relatório funciona como uma avaliação global do estado das florestas e da governança florestal internacional. Ele analisa como os países estão avançando em temas como combate ao desmatamento, restauração florestal, financiamento, manejo sustentável, proteção da biodiversidade, fortalecimento da governança e cooperação internacional. A análise foi baseada em relatórios voluntários enviados por 48 países — representando cerca de 51% da área florestal global — além de dados internacionais produzidos pela FAO e outras agências especializadas.

O documento conclui que houve progresso relevante desde 2021, mas em uma velocidade muito inferior à necessária para alcançar as metas até 2030. Entre os avanços positivos, o relatório destaca:

- aumento de investimentos em restauração, reflorestamento e manejo sustentável;
- expansão de áreas protegidas;
- fortalecimento de sistemas de monitoramento florestal;

- maior integração das florestas nas agendas climática e de biodiversidade;
- crescimento da cooperação internacional e do uso de tecnologias digitais e sistemas de monitoramento.

Apesar disso, o relatório alerta que a degradação florestal e o desmatamento continuam avançando em várias regiões do mundo**. Um dos dados mais preocupantes é que o planeta perdeu cerca de 40 milhões de hectares de florestas em apenas dez anos, enquanto incêndios, secas, pragas e eventos climáticos extremos vêm aumentando**. O documento também destaca que o financiamento atual para manejo florestal sustentável é insuficiente: embora cerca de US$ 84 bilhões tenham sido mobilizados em 2023, seriam necessários aproximadamente US$ 300 bilhões anuais para atingir os objetivos globais.

O relatório também identifica importantes gargalos estruturais, como:

- baixa capacidade institucional em alguns países;
- exploração ilegal de madeira;
- fragmentação das políticas públicas;
- dificuldades de coordenação entre clima, biodiversidade e uso da terra;
- falta de dados consistentes;
- redução do financiamento internacional para florestas.

Os seis Objetivos Globais para Florestas avaliados pelo relatório incluem:

1. Reverter a perda de cobertura florestal;
2. Melhorar benefícios sociais, econômicos e ambientais das florestas;
3. Expandir áreas protegidas e manejo sustentável;
4. Mobilizar financiamento e cooperação científica;
5. Fortalecer governança e participação social;
6. Melhorar cooperação e coerência internacional sobre florestas.

Segundo o relatório, de 26 metas globais associadas aos objetivos florestais, apenas sete estão plenamente no caminho correto, 17 apresentam progresso parcial e duas estão claramente fora da trajetória esperada: o aumento global da área florestal em 3% até 2030 e a erradicação da pobreza extrema entre populações dependentes das florestas.

O documento também reforça que as florestas são fundamentais para enfrentar simultaneamente as crises climática, de biodiversidade, alimentar e hídrica. Por isso, o relatório aproxima fortemente a agenda florestal das discussões sobre clima, saúde planetária, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável. O secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou no prefácio que as florestas são “um dos ativos naturais mais vitais do planeta”, essenciais para a regulação climática, conservação da biodiversidade e sobrevivência de bilhões de pessoas.

Entre as principais recomendações do relatório estão:

- interromper e reverter o desmatamento até 2030;
- ampliar a restauração de ecossistemas degradados;
- aumentar significativamente o financiamento climático e florestal;
- fortalecer a fiscalização e a governança ambiental;
- integrar políticas de clima, biodiversidade e desenvolvimento;

- ampliar o apoio a povos indígenas e comunidades locais;
- fortalecer sistemas de monitoramento e dados florestais;
- promover maior coordenação internacional entre diferentes convenções ambientais.

Votação do Parecer emitido pela corte sobre as obrigações dos países com relação às ações de mitigação climática.

Em 23 de julho de 2025 Corte Internacional de Justiça (CIJ/ICJ) emitiu um parecer consultivo histórico sobre as obrigações dos Estados em relação às mudanças climáticas. O parecer foi solicitado pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 77/276, aprovada em março de 2023, após forte mobilização liderada por Vanuatu e outros pequenos Estados insulares vulneráveis à elevação do nível do mar e aos impactos climáticos.

A Corte concluiu que as mudanças climáticas não são apenas uma questão política ou diplomática, mas também um tema de responsabilidade jurídica internacional. O parecer afirmou que os Estados têm obrigação legal de prevenir danos significativos ao sistema climático, devendo adotar medidas concretas de mitigação e adaptação baseadas na ciência, incluindo políticas públicas, legislação nacional, mecanismos de fiscalização e controle de emissões. A decisão reforçou ainda que os países devem agir com "devida diligência", utilizando todos os meios razoavelmente disponíveis para reduzir emissões de gases de efeito estufa e fortalecer a resiliência climática.

O parecer também destacou que a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C prevista no Acordo de Paris não deve ser vista apenas como aspiracional, mas como um parâmetro jurídico relevante para avaliar se os esforços nacionais são adequados. Segundo a Corte, os compromissos climáticos nacionais (NDCs) precisam ser compatíveis com reduções profundas, rápidas e sustentadas das emissões, além da transição para emissões líquidas zero.

Outro ponto central foi o reconhecimento de que os Estados possuem obrigação de cooperar internacionalmente no enfrentamento da crise climática, incluindo financiamento climático, transferência de tecnologia e fortalecimento de capacidades para países em desenvolvimento. O texto também deixou claro que, caso um país descumpra suas obrigações climáticas internacionais, podem surgir consequências jurídicas relacionadas à responsabilidade internacional dos Estados, incluindo cessação da conduta ilícita, garantias de não repetição e até reparações e compensações, desde que haja nexo causal comprovado entre a ação do Estado e os danos climáticos.

Após a divulgação do parecer, o tema retornou recentemente à Assembleia Geral da ONU. Em maio de 2026, os países votaram uma nova resolução apoiando formalmente o parecer da Corte Internacional de Justiça e reforçando que os governos possuem obrigações legais no enfrentamento das mudanças climáticas. A resolução foi aprovada por ampla maioria: 141 países votaram a favor, apenas 8 votaram contra e 28 se abstiveram. Entre os países que votaram contra estavam Estados Unidos, Rússia, Arábia Saudita, Israel, Irã, Belarus, Iêmen e Libéria. Entre os que se abstiveram estavam Índia, Turquia, Qatar e Nigéria. (The Guardian)

A votação foi considerada um marco político importante porque demonstra crescente apoio internacional ao fortalecimento da responsabilização jurídica climática. A resolução foi novamente liderada por Vanuatu, com apoio de diversos pequenos Estados insulares e países vulneráveis. Embora o parecer da Corte não seja juridicamente vinculante, ele passa a ganhar

ainda mais peso político e poderá influenciar futuras negociações climáticas, processos judiciais nacionais e internacionais, além de ações de litigância climática contra governos e empresas fósseis. (The Guardian)

Os próximos passos incluem o uso crescente desse parecer em tribunais nacionais e internacionais, especialmente em casos relacionados à responsabilidade climática, perdas e danos, direitos humanos e combustíveis fósseis. O tema também deverá influenciar as negociações da COP31, que ocorrerá em 2026 na Turquia, e os debates sobre financiamento climático, transição energética e metas nacionais de emissões. Além disso, especialistas apontam que o parecer pode fortalecer pressões diplomáticas sobre grandes emissores históricos e acelerar discussões sobre compensações climáticas para países mais vulneráveis. (The Guardian).

Mais informações podem ser encontradas no site das Nações Unidas.

Os próximos passos esperados são:

1. Relatório do Secretário-Geral sobre formas de implementação;
2. Uso crescente do parecer e da resolução em tribunais nacionais e internacionais;
3. Incorporação do tema nas negociações da COP31;
4. Pressão diplomática sobre países grandes emissores e produtores de combustíveis fósseis.